

As experiências escolares e culturais do Movimento de Educação de Base em Pernambuco(1961-1966)

The educational and cultural experiences of the Basic Education Movement in Pernambuco (1961-1966)

Las experiencias escolares y culturales del Movimiento de Educación Básica en Pernambuco (1961-1966)

Manuela Garcia de Oliveira¹
Kalline Laira Lima dos Santos²

Resumo

OLIVEIRA, M. G. de; SANTOS, K. L. L. dos. As experiências escolares e culturais do Movimento de Educação de Base em Pernambuco(1961-1966). *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 105-120, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art6)

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por campanhas e programas para a educação de base e cultura popular. Algumas dessas experiências emergiram da Igreja Católica, a título de exemplo, temos o Movimento de Educação de Base (MEB), que foi criado oficialmente pelo Decreto n.º 50.370, de 21 de março de 1961, a partir de convênio entre o episcopado brasileiro, representado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) junto ao Ministério de Educação. As ações do MEB foram projetadas para atender as demandas sociais e educacionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio de um ensino via escolas radiofônicas que, por sua vez, foram organizadas por 11 sistemas de emissoras espalhadas pelos Estados. Com isso, esse ensino transmitido pelas ondas do rádio tinha como objetivo não somente a alfabetização, mas uma educação que promovesse a “elevação cívica, moral, econômica e espiritual”, bem como vislumbrava a formação de uma cultura popular. O artigo em questão trata das experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco, entre os anos de 1961 a 1966, e a importância das tecnologias educativas – a carta, cartilha e o rádio – na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. O recorte temporal diz respeito ao período de funcionamento do MEB no estado pernambucano. Para tecer esta narrativa histórica abordando suas experiências escolares e construção de identidades, analisamos fontes oficiais do Movimento, cartilha, e cartas, valendo do aporte teórico-metodológico de autores da História Cultural. Por fim, compreendemos que a comunicação pelas cartas e rádio, dentre várias funções,

- 1 Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), da UPE. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP. E-mail: manuela.garcia@unesp.br; orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8462-6216>
- 2 Graduada em História pela Universidade de Pernambuco. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação UNESP. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação UNESP. E-mail: kalline.lima@unesp.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6780-0190>

serviu como instrumento de denúncia dos descasos do meio rural, em especial da ausência de escolas públicas. Ademais, os materiais produzidos pelo MEB e seus integrantes proporcionaram processos de incitação da identidade do homem rural, por meio da conscientização acerca da realidade que estavam inseridos.

Palavras-chave: MEB-Pernambuco. Alfabetização. Educação popular. Identidades.

Abstract

OLIVEIRA, M. G. de; SANTOS, K. L. L. dos. The educational and cultural experiences of the basic education movement in Pernambuco (1961-1966). *Rev. Ci&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 105-120, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art6)

The 1950s and 1960s were marked by campaigns and programs for basic education and popular culture. Some of these experiences emerged from the Catholic Church, such as the Movimento de Educação de Base (MEB), officially created by Decree No. 50,370 on March 21, 1961, based on an agreement between the Brazilian episcopate, represented by the National Conference of Brazilian Bishops (CNBB) and the Ministry of Education. MEB's actions were designed to meet the social and educational demands of the North, Northeast and Center-West regions of Brazil, through teaching via radio schools which, in turn, were organized by 11 broadcasting systems spread throughout the States. Thus, this teaching transmitted by the radio waves had as its objective not only literacy, but an education that promoted "civic, moral, economic and spiritual elevation", as well as the formation of a popular culture. The article in question deals with school and cultural experiences lived by rural communities that were contemplated by MEB in Pernambuco, between 1961 and 1966, and the importance of educational technologies - the letter, the primer and the radio - in the stimulation of a literate community and in the construction of rural man's identity. The time frame refers to the period when MEB was in operation in the state of Pernambuco. To weave this historical narrative approaching their school experiences and identity construction, we analyzed official sources of the Movement, booklets, and letters, making use of the theoretical and methodological contribution of Cultural History authors. Finally, we understand that communication through letters and radio, among several functions, served as an instrument to denounce the neglect of the rural environment, especially the absence of public schools. Moreover, the materials produced by MEB and its members provided processes of incitement of the rural man's identity, through awareness about the reality in which they were inserted.

Keywords: MEB-Pernambuco. Literacy. Popular education. Identities.

Resumen

OLIVEIRA, M. G. de; SANTOS, K. L. L. dos. Las experiencias escolares y culturales del Movimiento de Educación Básica en Pernambuco (1961-1966). *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 105-120, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art6)

Las décadas de 1950 y 1960 estuvieron marcadas por campañas y programas de educación básica y cultura popular. Algunas de estas experiencias surgieron de la Iglesia Católica, por ejemplo, el Movimiento de Educación de Base (MEB) que fue creado oficialmente por Decreto N° de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) con el Ministerio de Educación. Las acciones del MEB fueron diseñadas para atender las demandas sociales y educativas de las regiones Norte, Nordeste y Centro-Oeste de Brasil, a través de la enseñanza mediante escuelas radiofónicas que, a su vez, eran organizadas por 11 sistemas de radiodifusión repartidos por los Estados. Así, esta enseñanza transmitida por ondas radiofónicas promocionaba no sólo a la alfabetización, sino a una educación que promoviera “la elevación cívica, moral, económica y espiritual”, además de estimular la formación de una cultura popular. El artículo en cuestión trata de las experiencias escolares y culturales vividas por las comunidades rurales que fueron beneficiadas por el MEB en Pernambuco, entre los años 1961 a 1966, y la importancia de las tecnologías educativas - la carta, el folleto y la radio - en la estimulación de una comunidad alfabetizada, y en la construcción de la identidad del hombre rural. El marco temporal se refiere al período de funcionamiento del MEB en el estado de Pernambuco. Para tejer este relato histórico con respecto a sus experiencias escolares y construcción de identidades, analizamos fuentes oficiales del Movimiento, cuadernillo y cartas, aprovechando el aporte teórico-metodológico de autores de Historia Cultural. Finalmente, entendemos que la comunicación a través de cartas y radio, entre varias funciones, sirvió como instrumento para denunciar el abandono del medio rural, especialmente la ausencia de escuelas públicas. Además, los materiales producidos por el MEB y sus integrantes propiciaron procesos de incitación a la identidad de los hombres rurales, a través de la toma de conciencia de la realidad en la que estaban insertos.

Palabras clave: MEB-Pernambuco. Alfabetización. Educación popular. Identidades.

1. Introdução

Este artigo trata das experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco, entre os anos de 1961 a 1966, e a importância das tecnologias educativas – a carta, cartilha e o rádio – na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. O recorte temporal diz respeito ao período

de funcionamento do MEB no estado pernambucano. Em um panorama geral, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por campanhas e programas para a educação de base e cultura popular, como a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Assim, o início e meados da década de 1960, contexto em que foi implantado o MEB, foi um período cujas dificuldades econômicas se acentuaram em todo o Brasil, agravando assim as questões sociais. Por causa do temor dos rumos da política populista governamental, marcado por expoentes do populismo no Brasil – ou seja, líderes que exerceram práticas de um fenômeno político conhecido pela incorporação das massas ao jogo político em contrapartida do setor dominante oligárquico –, escasseavam-se os recursos externos. Vivenciamos um paradoxo: o populismo das elites gerou o fortalecimento progressivo dos setores populares, que promoveram intensas mobilizações políticas exigindo, com isso, uma maior participação na política econômica e salarial (BORGES, 2005).

Nesse contexto, no campo, as Ligas Camponesas, o MEB e a Ação Popular (AP) disputavam a organização dos camponeses. Castro (1992) afirma que o contexto histórico do surgimento do MEB tem uma série de características que o difere dos demais, como a crise do populismo e a ascensão dos movimentos de massa. Em Pernambuco, as Ligas Camponesas ganharam espaço e chegaram até a Paraíba. As ligas surgem no ano de 1955 como uma associação de agricultores no Engenho de Galileia, em Vitória do Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. O contexto em que surgiram as Ligas Camponesas é marcado por um sistema de dominação que produzia e tinha por fundamento a exclusão política e social do campesinato brasileiro. Desse modo, manter os camponeses e camponesas fora do jogo político, negando-lhes a participação e o direito à organização, e sob o jugo dos latifundiários era condição para o que Azevedo (1982, p. 37) chamou de “paz agrária”, ou seja, a submissão e a exploração do campesinato para a permanência dos privilégios da oligarquia agrária.

As Ligas Camponesas foram intituladas “ameaças” para as estruturas políticas e ideológicas, associadas ao temor comunista. Nesse momento, a Igreja Católica passa a se preocupar com o homem do campo. Diante disso, a Igreja desperta seu interesse ante às injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais e organiza seus sindicatos trabalhistas. A partir dessas iniciativas, não desconsideramos a observação de Mainwaring (2004), de que “movimentos de base e movimentos leigos têm desempenhado papéis importantes na transformação da igreja brasileira. [...] Os movimentos de base por si não foram responsáveis pela transformação da Igreja. Pelo contrário, sem o suporte da hierarquia, esses movimentos não poderiam transformar a Igreja” (MAINWARING, 2004, p. 28).

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado oficialmente pelo Decreto n.º 50.370, de 21 de março de 1961, a partir de convênio entre o episcopado brasileiro, representado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) junto ao Ministério de Educação. As ações do MEB foram projetadas para atender às demandas sociais e educacionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio de um ensino via escolas radiofônicas que, por sua vez, foram organizados por

11 sistemas de emissoras espalhadas pelos Estados. Com isso, esse ensino transmitido pelas ondas do rádio tinha como objetivo não somente a alfabetização, mas uma educação que promovesse a “elevação cívica, moral, econômica e espiritual”, bem como vislumbra a formação de uma cultura popular.

O MEB em Pernambuco organizava-se enquanto sistema e tinha na composição de sua equipe professores, locutores de rádio, técnicos que auxiliavam na operacionalização, líderes comunitários e monitores. Estes, segundo De Kadt (2007, p.152), “faziam a ponte entre a equipe e os camponeses”. Além desse ensino por meio do rádio cativo, foram produzidas três cartilhas, uma de modo experimental, intitulada de Saber é Viver. Dado o exitoso projeto piloto experimental, o MEB decidiu elaborar uma segunda cartilha de leitura e escrita intitulada Viver é lutar, cuja função dentre outras era suprir as urgências do segundo ciclo no que diz respeito às noções gramaticais. Essa cartilha foi confiscada sendo acusada de ter conteúdos que despertavam o comunismo e, para o movimento continuar atuando, teve que elaborar uma nova, cujo título passou a ser Mutirão. Todas foram instrumentos didáticos elaborados no ano de 1962 para a alfabetização de adolescentes e adultos que faziam parte do Movimento. Essa iniciativa de elaborar um material foi em detrimento de que o uso de cartilhas destinadas a crianças e, principalmente, seu conteúdo voltado ao contexto urbano, não estavam em consonância com os ideais do MEB, uma vez que buscavam seguir o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, cuja finalidade maior era uma alfabetização que fosse além do deciframento e habilidade dos códigos linguísticos, conduzindo as comunidades rurais à conscientização da realidade social que estavam inseridos.

Não somente as cartilhas foram usadas com fins pedagógicos como também a troca de cartas, uma ação epistolar que tanto garantia o aperfeiçoamento da escrita e leitura, bem como era uma forma de se comunicar com as professoras radialistas, com as outras programações que faziam parte das emissoras católicas e mediar também as solicitações de materiais necessários ao funcionamento das aulas como, por exemplo, pedido de cadernos, candeeiro, pilha de rádio. Conhecer e compreender experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco é importante, pois demonstra as estratégias que foram usadas para conciliar os objetivos do Movimento às características da comunidade, às mediações dos monitores e às potencialidades para tentar desenvolver uma cultura política, por meio da escolarização e da cultura popular. Para isso, analisamos fontes documentais do MEB, tais como as atividades da cartilha e de uma carta valendo-se do aporte teórico-metodológico de autores da História Cultural. Não é demais salientar que a junção dessas tecnologias educativas em um programa de alfabetização de adolescentes e adultos no período em questão aponta para dois aspectos que destacamos como importantes neste texto. O primeiro é o pioneirismo de se criar um material de alfabetização – a cartilha – que contemplasse tanto a demanda do ensino rural, como do seu público-alvo. Segundo, a possibilidade de interação, de escutar o rádio e ter a oportunidade de resposta via produção de cartas.

Esta narrativa está organizada da seguinte forma, a primeira seção dedica-se ao entendimento do que é tecnologia, bem como história, características e função do

rádio, da cartilha e da carta na sociedade. Na sequência, é tratado sobre as experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais a partir das tecnologias educativas utilizadas pelo MEB Pernambuco. Por fim, são tecidas algumas considerações que são resultados da sistematização das ideias dissertadas no texto e algumas questões para próximos trabalhos.

2. Cartas, cartilhas e o rádio: tecnologias educativas usada pelo MEB

Na sociedade atual, as mídias e as tecnologias da educação são os meios pelos quais nos comunicamos, bem como um dos principais processos de produção, reprodução e transmissão da nossa cultura, via internet, computadores, celulares dentre outros. São elas que garantem, atualmente, a preservação da tradição ou a criação de uma nova. Garantem, ou pelos menos deveriam garantir, a apropriação crítica e criativa das mídias para o acesso ao exercício da cidadania, principalmente por meio da educação. Nem sempre, porém, foram essas tecnologias que transformaram a nossa forma de se comunicar, nossa forma de lidar com a leitura e, mais ainda, a percepção sobre o mundo que nos cerca. Trataremos aqui de três tecnologias – o rádio, a carta e a cartilha –, artefatos que foram muito usados na década de 1950 para fins educacionais, de apoio pedagógico, durante a atuação de Programas de Alfabetização, como o caso do MEB.

Precedendo um pouco algumas informações sobre o uso das cartas, cartilhas e do rádio com finalidades educativas no Brasil, é preciso situar o que estamos entendendo por ‘tecnologias’, termo presente atualmente e que está, em uma acepção do sensu comum, relacionado à vida do homem moderno que usa maquinários digitais, robôs dentre outros. Entretanto, compreendemos essa tecnologia de forma mais abrangente, assim como Kenski (2012, p. 22), quando afirma que “[...] a expressão “tecnologia” diz respeito a muitas outras coisas além das máquinas. O conceito tecnologia engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações”. Desse modo, a tecnologia é inerente ao homem na medida que surgem determinadas necessidades para mudar sua realidade. A título de exemplo básico, a escrita, nas sociedades grafocêntricas, é uma tecnologia inventada pelo homem não somente para o registro de sua vida ou para comunicar-se, mas é nela, enquanto uma das manifestações da linguagem, que o homem usa o conhecimento tanto para si como para o mundo que o cerca.

As três tecnologias já existiam como forma de comunicação e para fins pedagógicos antes mesmo dos anos de 1950. As primeiras transmissões de rádio no Brasil se deram, de forma experimental, na década de 1920. Embora não haja um consenso por diferentes linhas teóricas nos estudos sobre o rádio, referente às primeiras experiências radiofônicas que começaram a funcionar no Brasil (AMORIM; CAMARGO, 2010), Roquette Pinto³ é um dos nomes mais citados como mentor e grande entusiasta dessas experiências no Brasil, principalmente no uso do rádio para fins culturais e educativos. De grande alcance, podendo ser transmitido seja nos lares, nos comércios e até mesmo nos transportes automotivos, o meio de

3 Roquete Pinto foi médico, antropólogo, etnólogo, ensaísta, poeta e entusiasta pelo rádio como instrumento educativo e de cultural.

comunicação de massa estava entre as opções menos onerosas e de larga abrangência para que chegasse até os locais distantes do norte e nordeste do país, onde não havia escola, onde a miséria e o trabalho escravo eram latentes devido ao abandono dos governos e regiões usadas na manutenção do coronelismo.

Antecedendo o rádio, um meio de comunicação milenar são as práticas epistolares, na troca de cartas. Pode ser encontrada desde a antiguidade e tem como marco de usabilidade, ou seja, tem maior relevância, no século XVIII, como aponta Malatian (2009). Seja para troca de experiências, para demonstrar sentimentos ou emoções, seja para envio de informações oficiais dentre outras funções, as cartas são meios de registro que ainda estão presentes na sociedade, mesmo que hoje tenha passado por hibridizações, isto é, se transformado em outros gêneros textuais. No Brasil, a intensificação do uso de cartas acontece no século XIX com a circulação e o processo de migração que o país passou (HORTA et al, 2018). As trocas epistolares como possibilidade de comunicação e aperfeiçoamento da leitura e escrita foi bastante usada pelas escolas radiofônicas no ano de 1950 e, à medida que a população se alfabetizava, mais o uso de cartas ficava acessível e popularizada.

Assim como as cartas foram instrumentos importantes para apropriação da leitura e escrita, as cartilhas têm um papel de igual valor tanto dentro das ações do MEB como, de forma geral, no processo de escolarização das práticas de leitura e escrita no Brasil. A consolidação da cartilha, segundo Mortatti (2000) está ligada à organização da instrução pública, no fim do século XIX, e serviu para efetivação dos métodos de alfabetização. O uso das cartilhas se prolongou, chegando ao século XX como um dos artefatos principais que faziam parte de uma cultura escolar. Nesse sentido, no MEB foram produzidas duas cartilhas de leitura e escrita cujos títulos eram: *Viver é Lutar e Mutirão*. Ambas foram instrumentos didáticos elaborados no ano de 1962 para a alfabetização de adolescentes e adultos que faziam parte do Movimento. Essa iniciativa de elaborar foi em detrimento de que o uso de cartilhas destinadas a crianças e, principalmente, seu conteúdo voltado ao contexto urbano, não estavam em consonância com os ideais do MEB, uma vez que buscavam seguir o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, na qual a finalidade maior era uma alfabetização que fossem além do deciframento e habilidade dos códigos linguísticos, conduzindo às comunidades rurais à conscientização da realidade social que estavam inseridos.

O rádio, a carta e a cartilha no contexto educativo têm um valor singular neste artigo, pois permite conhecer uma parcela da história do Movimento de Educação de Base, em especial em Pernambuco, a partir do interior da escola, das suas materialidades. Essas tecnologias, como aqui chamamos, são artefatos de uma cultura escolar que foram, assim como outros, discursivamente defendidos como “renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional” (SOUZA, 2007) no período em tela. São artefatos que podem expressar valores, conhecimentos, concepções de educação e de mundo. Esse deslocamento para o interior da escola - suas práticas, suas vivências -, que é uma das preocupações no campo da História da Educação, trazem em si singularidades em suas experiências escolares e culturais e, é desse enfoque, que dedicaremos na seção a seguir.

3. Experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais do MEB em pernambuco a partir da cartilha viver é lutar, das cartas e do rádio

As formas “populares” da cultura, das práticas do cotidiano aos consumos culturais, podem ser pensadas como táticas produtoras de sentidos – mas de sentidos possivelmente estranhos àqueles visados pelos produtores [...] (CHARTIER, 2011, p.154).

É a partir de *táticas*⁴ produtoras de sentidos, termo de Chartier para tratar das práticas cotidianas culturais populares, que apresentaremos algumas experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais do MEB com base na cartilha, Viver é Lutar, cartas produzidas e trocadas pelos integrantes do Programa e as programações do rádio. As táticas, são resultados, pois, das “astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às empresas de controle e tomarem parte no jogo em questão. Elas habitam o cotidiano da cultura ordinária, instância onde são desenvolvidas as práticas e as apropriações culturais dos considerados “não produtores” (PEREIRA; SARTI, 2010, p.201). Ressaltamos que o uso apenas de uma cartilha, Viver é Lutar, diz respeito a sua visibilidade, uma vez que é a mais conhecida, pelo fato de ter sido censurada, que ocasionou em seu pouco contato por algumas localidades. Embora esse fato vá de encontro à finalidade deste texto – no que diz respeito a apresentar algumas experiências escolares e culturais –, dois fatores fazem persistir em analisá-la. Primeiro, porque muitas comunidades do MEB Pernambuco tiveram acesso ao material; segundo, remete à resistência em usá-las, bem como o seu conteúdo conscientizador e direcionado à realidade da população rural.

As práticas vivenciadas cotidianamente pelos monitores, adolescentes e adultos, professoras supervisoras e agentes religiosos seguiam um ritual específico para uma escola radiofônica. As aulas aconteciam à noite, após a programação da Hora do Brasil. As professoras e supervisoras gravavam as aulas e depois as transmitiam, enquanto os monitores atuavam no ensino da leitura, escrita, na catequese, nos ensinamentos cívicos e higienistas. Para termos uma dimensão dessas experiências, que são aqui interpretadas como uma representação da prática⁵, começemos pela cartilha Viver é Lutar.

A cartilha Viver é Lutar (imagem 1, a seguir) foi publicada no ano de 1963, contém 65 páginas e seus conteúdos se organizam da seguinte forma: 29 lições, cada uma com texto escrito e imagético, noções gramaticais e atividades para exercício da escrita. De acordo com Alves e Tonnetti (2021), o contexto de produção da cartilha está marcado por singularidade e pioneirismo, pois

4 Chartier toma emprestado esse conceito, tática, de Michel de Certeau. Tática, de modo geral, são maneiras de fazer que tem uma certa imprevisibilidade.

5 Não é demais salientarmos que a prática em si, pelo olhar histórico, é difícil reproduzir fidedignamente.

a elaboração de um conteúdo e de uma abordagem que buscava dialogar de forma direta com a cultura e com as condições de vida material dos camponeses aos quais o material se destinava. O que reforça o fato de haver, na constituição do material, um claro empenho em aproximar conteúdo e forma, de modo a incorporar em sua linguagem tanto os gêneros da cultura popular quanto os temas religiosos inerentes ao imaginário dos estudantes, com questões próximas ao cotidiano, relacionadas, sobretudo, ao trabalho e ao acesso a direitos fundamentais (ALVES; TONNETTI, 2021, p.4).

Em sua capa, há uma representação de uma imagem da escola radiofônica esculpida na argila, a qual demonstra o rádio em cima da mesa e alunos ao seu redor escutando as orientações transmitidas pelo aparelho, enquanto há também um outro aluno ou monitor escrevendo sob o quadro. Os bonecos em argila é um artesanato que fazem parte da cultura estética de muitas regiões do nordeste do Brasil, como em Pernambuco, em específico a cidade de Caruaru que segue a tradição de representar a realidade por meio dessa arte.

Imagem 1 – capa cartilha Viver é Lutar (1963)



Fonte: Acervo CEDIC, fundo MEB.

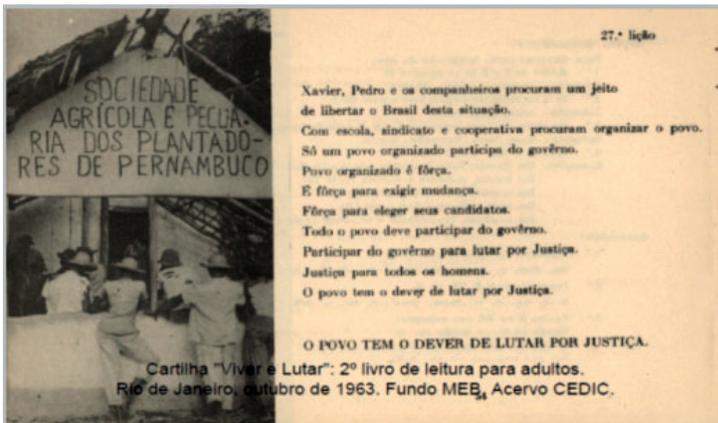
A cartilha foi produzida por um grupo progressista da Igreja Católica, ligado à vertente da Teologia da libertação, e equipe de profissionais ligados à educação. Em dossiê assinado por Osmar e Lurdinha Fávero, contém a proposta do conjunto didático Viver é Lutar. As finalidades podem ser resumidas da seguinte forma:

- o livro de leitura levará uma mensagem, na qual o homem do campo se identifique;

- a experiência do MEB em relação a livro de leitura focalizará uma região, o nordeste, onde é mais ampla a ação do MEB, e, posteriormente, serão providenciadas adaptações ou outros livros para outras regiões;
- os objetivos dos livros de leitura do MEB serão: instrumentos de alfabetização e conscientização, procurando dar uma visão transcendental do homem e despertando para engajamentos concretos em organizações profissionais, organizações de classe e grupos que visem o desenvolvimento das comunidades;
- os aspectos formativos e informativos serão baseados no valor da pessoa humana; (Dossiê Conjunto Didático Viver é Lutar, 1964).

As leituras, como percebemos na intencionalidade do documento (e no texto da imagem 2, abaixo) não são tratadas como um fim em si mesma, isto é, não é um simples processo de codificação e decodificação de textos abstratos. Pelo contrário, é um exercício que tem como prerrogativa passar uma mensagem ao qual o homem do campo sintá-se representado, haja uma identificação. Desde a imagem até a adequação da linguagem, com uso de formas populares de expressão, a cartilha criava um processo de identificação que permitia uma real comunicação com o povo, no caso os adolescentes e adultos do nordeste brasileiro.

Imagem 2 – 27ª lição da cartilha Viver é Lutar, 1963



Fonte: Acervo CEDIC, fundo MEB.

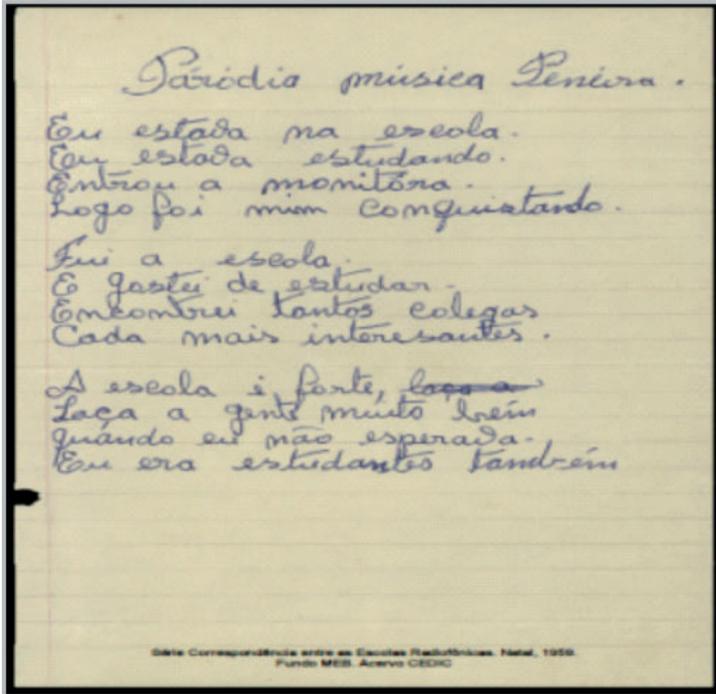
Na 27ª lição da cartilha, por exemplo, contém uma imagem que expõe momento de reunião de trabalhadores, em específico, agricultores e pecuaristas de Pernambuco. As vestimentas, o ambiente onde acontece a reunião – em um alpendre desgastado,

usado para formar uma espécie de cooperativa –, é um registro imagético da realidade do povo daquela região. O texto escrito ao lado contextualiza a imagem. Como possibilidade de sentido, o texto aborda que aqueles homens da imagem, e possíveis leitores da cartilha, são agentes de mudança do país, mudança essa só possível a partir do momento em que o povo se organiza em instituições, como escola e sindicatos, e procura participar do governo, por meio de luta, para promover justiça.

As décadas de 1950 e 1960 tiveram uma efervescência na luta política. As reformas de base que propunham uma remodelação, dentre outras, nas estruturas bancárias, urbana, agrária, universitária foram uma das motivações para que diferentes grupos sociais, como sindicalistas, trabalhadores rurais, a igreja católica, sobretudo com a Teologia da Libertação, secundaristas e outros estivessem a frente dessas pautas. Dessa forma, o MEB, um dos grupos vivos da Igreja Católica que direcionavam seu olhar para a realidade social dos povos esquecidos, deveria desenvolver uma Educação de Base que promovesse “uma experiência comunitária nova, em uma eficácia testemunhada por frutos de conversão de pessoas e de formação de líderes, em uma tentativa de educação que parte da vida e está imersa na realidade” (MEB/Documento coordenadores, 1964). Desse modo, era preciso educar os adolescentes e adultos conscientizando-os de seu papel na sociedade e revelando a realidade que os prendiam na miserabilidade material e os excluía socialmente. O ato de conscientizar, criar, revelar a realidade por meio do desenvolvimento da leitura se fazia uma via profícua, uma vez que “aparentemente passiva e submissa, a leitura é, com efeito a sua maneira, inventiva e criadora” (CHARTIER, 2011, p.154). Esse processo *inventivo e criador* pode ser percebido por meio de algumas cartas⁶ que os alunos, monitores, professoras e supervisoras das escolas radiofônicas compartilhavam entre si. Os conteúdos no geral dessas cartas eram: solicitação de matérias como candeeiro, querosene, giz, lápis, borracha, pilhas para o rádio, manutenção para o rádio e outros mantimentos para funcionamento da escola; pedidos e dedicação de músicas a serem tocadas na rádio; poemas; questionamentos sobre os fatos bíblicos; anedotas; manifestação sobre o funcionamento da escola, anúncio de festividades religiosas, detalhes sobre desejos e anseios das comunidades rurais, dentre outros. Nesse rol de assuntos que estão expressos nas cartas, destaco aqui a produção de paródias.

6 Tivemos acesso a 54 cartas. Esse conjunto faz parte da série correspondências entre escolas radiofônicas, Natal, 1959, Fundo MEB, Acervo CEDIC. Porém, nem todas eram do estado de Pernambuco.

Imagem 3 – parte 1 da carta que está escrita uma paródia criada por alunos



Fonte: Acervo CEDIC, fundo MEB.

A paródia, com base na música Peneira, aborda a função da escola radiofônica na vida daquele estudante, como um local que lhes dá força, que poderia ser inacessível, mas o estudante estava tendo acesso à escolarização e exercendo a função de estudante. Nesse exemplo da carta, compreendemos que a paródia, gênero textual que origina da tradição oral, serviu de intermédio para uma conscientização, em primeiro momento individual, da função da escola na vida do aluno e da sociedade, e a importância do acesso à escolarização. A alegria em ter acesso à escolarização, aprender a escrever o seu próprio nome e ler pequenos textos, como exposto em várias outras cartas, revela o descaso do déficit investimentos em educação pública, gratuita e universal para as regiões do Nordeste.

É possível entender que, para além do uso de variados gêneros textuais, como a carta, a paródia – gênero dedicado nesse espaço de escrita – dentre outros, há uma indução e valorização da paródia enquanto uma tradição que faz parte da cultura popular, sendo esta uma possível promotora de uma educação para conscientização daquela comunidade. Não obstante, houve também “um conjunto de intervenções necessárias junto a hábitos, comportamentos e valores, visando à mudança de atitudes em prol da aceitação de normas e regras ditadas por um campo cultural distinto do campo cultural do camponês” (SOUZA, 2012, p.5), a partir do momento em que eram

introduzidos novos valores, sobretudo intermediados pelo cristianismo, já que uma das funções do MEB também era a evangelização; além disso, tinha também orientações sobre higiene, manuseio de alimentos, hábitos da vida cotidiana moderna muitas vezes baseada na urbanidade.

É substancial ressaltar que a década de 1960, em Pernambuco, teve o Movimento de Cultura Popular (MCP) que visava promover a consciência política e social por meio da arte e alfabetizar adolescente e adultos. As ações contavam com arte popular pernambucana, seja na dança, na estética ou em outra manifestação. A cultura popular, na articulação do MEB e do MCP era um meio de desenvolver um projeto político de transformação conscientizadora e libertadora das comunidades rurais e das periferias urbanas. De acordo com Osmar Fávero,

A consciência do problema do desnível cultural nas sociedades implica, necessariamente, a consciência do desnível de ordem social, econômica e política, implicando, por isso mesmo, uma tomada de posição na superação desses desníveis. Cultura popular surge, portanto, como problema ideológico e assume uma posição de luta pela transformação dos padrões culturais, sociais, econômicos e políticos que asseguram aqueles desníveis. (MCP. In: FAVERO, 1983, p.77-78).

A cultura popular usada para educar, conscientizar e politizar o povo foi, no caso do MEB, um instrumento de luta e de ruptura com os padrões sociais, econômicos e políticos que eram estabelecidos por determinados grupos. Nesse processo de tensão entre culturas, como assevera Chartier (2011, p.153), não se pode esquecer que “os bens simbólicos assim como as práticas culturais são sempre objeto de lutas sociais [...]”. Com isso, nesse momento de afrontamento dos bens simbólicos existentes e dominantes, pode-se considerar que a articulação do MEB conduziu a cultura popular, via educação, (e vice-versa) a ampliar a discussão sobre a alfabetização no campo social e político, bem como forjou uma identidade para o homem rural.

4. Considerações finais

Neste texto, tratamos de algumas experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco, durante os anos de 1961 a 1966, período em que o MEB funcionou nesse Estado. Dentro dessas experiências destacamos a importância das tecnologias educativas, como nomeamos neste texto (que são cartas, cartilhas e o rádio), na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. De acordo com Alves (2016, p.13), “foi através de uma dinâmica própria criada por esses sujeitos que as escolas radiofônicas se transformaram em espaços de aprendizagem, produção e circulação da cultura popular.”

No exame da cartilha viver é lutar, foi identificado que os textos ali expressos não são tratados como um fim em si mesmo, isto é, não é um simples processo

de codificação e decodificação de textos abstratos. Pelo contrário, é um exercício que tem como prerrogativa passar uma mensagem ao qual o homem do campo sintá-se representado e que houvesse uma identificação. Além disso, desde a imagem até a adequação da linguagem, com uso de formas populares de expressão, a cartilha procurava criar um processo de identificação que permitia uma real comunicação com a população rural, no caso os adolescentes e adultos do nordeste brasileiro.

No caso das cartas, em específica a que continha uma paródia, a compreendemos que serviu de intermédio para uma conscientização, em primeiro momento individual, da função da escola na vida do aluno e da sociedade, e a importância do acesso à escolarização. Para além do uso de variados gêneros textuais, como a carta, a paródia – gênero dedicado nesse espaço de escrita - dentre outros, há uma indução e valorização da paródia enquanto uma tradição que faz parte da cultura popular, sendo esta uma possível promotora de uma educação para conscientização daquela comunidade.

Por fim, compreendemos que a comunicação pelas cartas e rádio, entre várias funções, serviu como meio de denúncia dos descasos do meio rural, em especial da ausência de escolas públicas. Ademais, os materiais produzidos pelo MEB e seus integrantes proporcionou processos de incitação da identidade do homem rural, por meio da conscientização acerca da realidade que estavam inseridos.

Referências

ALVES, Kelly L. Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco. *Tese* (Doutorado em Educação). PPGE – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2016.

ALVES, Kelly. L.; TONNETTI, Flávio. A. *Viver é lutar: perspectivas políticas na coleção didática para a alfabetização de adultos do Movimento de Educação de Base*. Educação em Revista, Belo Horizonte- BH, v.37, e25250, ano 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/edur/a/rFkJzm_S5pfKFjVfMkXhyKNr/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

BORGES, Elisabeth Maria de. Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento Camponês. Goiânia: UFG, 2005 *Dissertação* (Mestrado em História).

CARNEIRO, Alan. *Roquette Pinto*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020

CASTRO, Ruth Cavalcante. MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

CHARTIER, Roger. *Formas e Sentidos. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das letras, 2011.

FAVERO, Osmar. *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HORTA, Nicole. M.; DIAS, Débora. A.; CORDEIRO, L. C. *Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua Preservação*. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.8, n.1, mar. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/artic le/download/3635/2100>. Acesso em: 19 fev. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: Um novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 15-25.

MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Regina de.(org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MEB – Movimento de Educação de Base. *Cartilha Viver é Lutar* (2º livro de Leitura), Rio de Janeiro, 1963. Acervo CEDIC, Fundo MEB.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Documento de reestruturação do MEB**, Rio de Janeiro, 1964. Acervo CEDIC, Fundo MEB.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Dossiê Conjunto didático Viver é Lutar**, 1964. Rio de Janeiro, Acervo CEDIC, Fundo MEB.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Correspondência de alunos e professores**. Série: Correspondência entre Escolas Radiofônicas. Natal ([1959]-1964). Fundo MEB. Acervo CEDIC.

MORTATTI, Maria. R. L. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar**: Um pacto secular. Cadernos Cedes, ano XX, n 41 o 52, novembro/2000, p. 41-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a04v2052.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

PEREIRA, Mateus. H. F.; SARTI, Flavia. M. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas Epistolares. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 195-217, Maio/Ago 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4891754.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SOUZA, Claudia. M. **Uma escola para homem rural: a cultura popular, os camponeses e o movimento de educação de base (1960-1964)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 515-529, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aop0413.pdf>. Acesso em: 19. fev. 2020.

SOUZA, Rosa.F. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCONSTA, M. L. (ORG.) **Culturas escolares, Saberes e Práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.